

132

Lévi-Strauss e os fios da história

Maria Amélia Schmidt Dickie

Universidade Federal de Santa Catarina

Reitora: Roselane Neckel

Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Paulo Pinheiro Machado

Chefe do Departamento de Antropologia: Miriam Furtado Hartung

Sub-Chefe do Departamento: Oscar Calavia Sáez

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social: Alicia Norma González de Castells

Vice-Coordenadora do PPGAS: Evelyn Martina Schuler Zea

ANTROPOLOGIA EM PRIMEIRA MÃO

Editores responsáveis

Edviges Marta Ioris

Maria Eugenia Dominguez

Rafael Victorino Devos

Conselho Editorial

Alberto Groisman

Alicia Castells

Antonella Imperatriz Tassinari

Carmen Rial

Edviges Ioris

Esther Jean Langdon

Evelyn Schuler Zea

Gabriel Coutinho Barbosa

Jeremy Paul Jean Loup Deturche

José Kelly Luciani

Maria Regina Lisboa

Maria Eugenia Dominguez

Mármio Teixeira Pinto

Miriam Furtado Hartung Miriam Grossi

Oscar Calávia Saez

Rafael Victorino Devos

Rafael José de Menezes Bastos Scott Head

Sônia Weidner Maluf

Théophilos Rifiotis

Vânia Zikán Cardoso

Conselho Editorial

Alberto Groisman, Alicia Castells, Antonella Imperatriz Tassinari, Carmen Rial, Edviges Ioris, Esther Jean Langdon, Evelyn Schuler Zea, Gabriel Coutinho Barbosa, Jeremy Paul Jean Loup Deturche, José Kelly Luciani, Maria Eugenia Dominguez, Maria Regina Lisboa, Mármio Teixeira Pinto, Miriam Furtado Hartung, Miriam Grossi, Oscar Calávia Saez, Rafael Victorino Devos, Rafael José de Menezes Bastos, Scott Head, Sônia Weidner Maluf, Théophilos Rifiotis, Vânia Zikán Cardoso

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Antropologia em Primeira Mão

2012

Antropologia em Primeira Mão é uma revista seriada editada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Visa à publicação de artigos, ensaios, notas de pesquisa e resenhas, inéditos ou não, de autoria preferencialmente dos professores e estudantes de pós-graduação do PPGAS.

Copyleft

Reprodução autorizada desde que citada a fonte e autores.

Free for reproduction for non-commercial purposes, as long as the source is cited.

Antropologia em primeira mão / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis : UFSC / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 2011 - v.132; 22cm
ISSN 1677-7174

1. Antropologia – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social.

Toda correspondência deve ser dirigida à
Comissão Editorial do PPGAS
Departamento de Antropologia,
Centro de Filosofia e Humanas – CFH,
Universidade Federal de Santa Catarina
88040-970, Florianópolis, SC, Brasil
fone: (48) 3721-9364 ou fone/fax (48) 3721-9714
e-mail: revista.apm@gmail.com

Lévi-Strauss e os fios da história

Maria Amélia Schmidt Dickie

Resumo

O texto é um estudo sobre a concepção de história de Lévi-Strauss e se centra na discussão de três aspectos centrais da sua crítica à forma como história tem sido concebida e usada nas teorias académicas. Os três aspectos são a história como continuidade, a história como causalidade e história como sentido da temporalidade.

Palavras chave: Lévi-Strauss, história, tempo.

Abstract

This article is a study of Lévi-Strauss's conception of history and focuses on the discussion of three aspects central to his critic of how history has been used by different theoretical approaches. The three aspects are history as continuity, history as causality and history as temporal orientation.

Keywords: Lévi-Strauss, history, time.

Lévi-Strauss e os fios da história

Maria Amélia Schmidt Dickie

A. De olho na história - à guisa de introdução

Ao longo de alguns anos de pesquisa com material histórico - documentos de vários tipos - e da pretensão de fazer dela uma tese em Antropologia social, fui confrontada com a indagação sobre a antropologia que eu estava fazendo... afinal, onde ficava o "trabalho de campo"? Hoje em dia, com o surgimento de vários autores que caminham pelas híbridas antropologia histórica, "nova história" e história das mentalidades, etc., os questionamentos não aparecem mais com tanta frequência. Mas, nestes entremeios, dediquei parte do meu tempo a refletir sobre a relação que eu pretendia entre antropologia e história... Por isto, este texto se detém sobre a história em Lévi-Strauss¹ numa tentativa simples de compreender os significados com os quais o autor utiliza o termo e, através deles, entender a relação que propõe entre antropologia e história.

Um outro aspecto, mais enviesado, do meu interesse pelo tema se consolidou após as leituras dos textos de Lévi-Strauss, e é o fato de que, muito claramente, sua produção sobre história aparece sempre como resposta (num sentido amplo que inclui a interpelação) a posições diferentes. Poder ver tão de perto o papel importante da discussão e da divergência na produção acadêmica foi um estímulo no processo de estudo. Não pretendo, no entanto, refazer os debates. Só quero esquadrinhar meu entendimento do que Lévi-Strauss diz sobre história e, para isto, apresento, de forma um tanto esquemática, uma espécie de resenha.

B. O "fio da história"

A expressão "o fio da história" é usada, em português, como referência a encadeamento, seja de um relato, seja de um acontecimento externo aos sujeitos. Se diz respeito a acontecimento, fala de sua relação com o tempo tanto no sentido negativo de que alguém ou alguma coisa "perde o fio da história" quando está "fora do seu tempo", ou foi incapaz de manter o encadeamento temporal; quanto no sentido positivo, de que o fio da história é mantido e respeitado, em que se reconhece uma coerência entre o sujeito e/ou objeto e sua inserção num fluxo temporal. Quando a expressão é referida a relato, à narrativa, "perder o fio da história" é perder a capacidade de encadeamento que tanto pode ser o encadeamento lógico como o cronológico. O interessante desta expressão é que ela é, inadvertidamente, usada nos dois sentidos como se fosse um só. Lógica e tempo são tomados como sinônimos. Numa forma mais abrangente, ao tempo é concedida uma lógica própria e, a isto, em geral se chama história.

Em cada cultura, as construções de tempo assumem uma dimensão de naturalidade. Seja o "não tempo" como descrito por Mbiti (1971:15 e ss) para algumas sociedades africanas, seja o tempo linear, contínuo e cumulativo das sociedades ditas ocidentais (RH 247). De acordo com Lévi-Strauss, este tempo linear, contínuo e cumulativo foi naturalizado, também, como uma entidade inexorável e determinante, produtora da mudança contínua (HD

¹ Para facilitar a visualização das referências bibliográficas da obra de Lévi-Strauss serão feitas através de siglas, todas elas introduzidas na lista bibliográfica após o nome do autor. Os demais autores serão citados da forma usual.

292). Neste sentido, ela tem dificultado a possibilidade de aceitação - e até de compreensão - de uma proposta de análise que, ao trabalhar com modelos teóricos (constituídos em função de uma coerência lógica e não de uma relação temporal) que "congelam" qualquer temporalidade, desqualifica o tempo, portanto a história, como explicação.

Mas Lévi-Strauss não apregoa um "agnosticismo histórico" (EH 23). História, para ele, se entende em dois sentidos: o primeiro, que diz do imponderável da vida, dos acontecimentos, daquilo que não é previsível, daquilo que chama de "plano dos eventos", um plano que é irreduzível (PL 150); o segundo, a história como disciplina acadêmica, como campo de conhecimento, cujo objetivo é a reconstituição de fragmentos das trajetórias humanas. São dois sentidos que não se confundem nunca, na argumentação de Lévi-Strauss. E têm algumas consequências importantes que vou resumir em três pontos:

-- as diferenças culturais não devem ser entendidas como produto de uma *causa* exclusiva. O tempo é somente um dos fatores das manifestações diferenciadas da capacidade cultural dos homens.

-- a forma de "medir" as diferenças culturais não pode ser aquela que usa como critério as noções de progresso e desenvolvimento, pois elas supõem um sentido único na história e um valor absoluto para a idéia de acumulação cultural.

-- a idéia de continuidade tem de ser entendida como uma construção da pesquisa histórica e não como um dado empírico observável.

Nos itens seguintes, abordo estas três questões, mas faço isto na ordem inversa daquela na qual as apresentei acima.

C. História e continuidade.

A irreduzibilidade da história como acontecimento restringe a argumentação de Lévi-Strauss sobre a continuidade à história como campo de conhecimento, i.e., como via de acesso ao acontecimento. Como via de acesso ao acontecimento, a história fica restringida ao seu método. Ao operar esta redução, Lévi-Strauss está atacando quatro pontos interligados das definições presentes na cultura "ocidental" (que alimentaram e foram alimentadas pelo marxismo): a. a idéia de que a história é o "último refúgio do humanismo transcendente" (ES 316 e HD 298); b. a de que o método histórico tem um valor superior ao de outras áreas definidas de conhecimento porque é "mais humano"; c. história, enquanto diacronia, seria a organizadora da vida social; d. a história seria produto da ação de sujeitos históricos. (idem, *ibidem*)

Por outro lado, ao concentrar-se no método, Lévi-Strauss questiona o estatuto epistemológico de duas noções basilares da pesquisa histórica: a de *fato histórico* como objeto empírico; e a de *data*, como evidência de continuidade temporal. Pode-se partir de dois pontos do argumento:

1. Há um engano em considerar que o *fato histórico* tenha uma realidade empírica. Como objeto do historiador, ele é um objeto construído.

2. Ao constituir o *fato histórico* como objeto, o historiador responde a vários constrangimentos e delimitações, entre eles: qual o plano (massas, indivíduos, pisques) do movimento que vai privilegiar como história; da perspectiva de quais dos participantes de um evento selecionará os episódios relevantes para serem história; como vai definir o começo e o fim do *fato*?

Para Lévi-Strauss, a história dos historiadores é produto de uma atividade intelectual e será sempre o tratamento de parcialidades, a justaposição de fragmentos. Em suas palavras, uma "história verdadeiramente total se neutralizaria em si mesma: seu produto seria igual a

zero" (HD 292) O aparecimento e desenvolvimento da escrita foi um fator determinante da idéia de história total e contínua. Ao possibilitar a conservação do registro de acontecimentos, a escrita tornou possível pensar a história como totalidade e deu a ilusão da continuidade, que é expressa pela idéia de cronologia. (CH 22).

A realidade da cronologia, portanto, é também questionável. A atividade intelectual que constitui a história é a mesma que constitui a cronologia como código de operação do campo de conhecimento. Como código, a cronologia impõe aos *fatos* um sistema de significações que não é o dos fatos. Neste código, a *data* é mais do que um ponto numa série linear já dada. Ela é, na verdade, um elemento de um sistema de "relações complexas de correlação e oposição" (HD 296) que é usado para definir distâncias entre acontecimentos, além de sua justaposição seqüencial. Cada *data* é membro de uma classe e só tem sentido em relação a outras da mesma classe (milênios x milênios, séculos x séculos, semanas x semanas, etc.). Isto permite definir o código do historiador como um sistema de classes de datas. (HD 295)

A cronologia é, por um lado, um resultado - de um raciocínio e portanto de uma codificação - e, por outro, sempre uma hipótese do historiador (EH 21 e ss, CA 28). Nada garante que a relação lógica construída (pelo código da cronologia) entre dois elementos, corresponda, no plano dos eventos, a uma relação temporal (VM 134 e 195). Se a antropologia faz, no "estágio" da etnografia, a documentação de "distâncias espaciais" entre culturas, a história faz a documentação de "distâncias temporais". São distâncias do mesmo tipo (PL 156) e enquanto método de documentação a história tem seu valor garantido, o documento sendo matéria prima para a análise estrutural ... nunca matéria bruta, como a idéia de *fato histórico* sugeria (LA 377; VM 145; PL 161). Importante frisar aqui que, à semelhança da etnografia, a história organizasse seus dados em relação às expressões conscientes da vida social (EH 35).

Portanto, a continuidade é uma construção do historiador que só pode, além disto, expor o *fato* através de definições de parcialidades, temporais inclusive.

D. História e o sentido do progresso.

Para codificar certos períodos da história, utilizamo-nos de muitas datas; para outros, menos. Esta quantidade variável de datas, aplicadas a períodos de igual duração, mede o que se poderia chamar pressão da história; há cronologias "quentes", que são as das épocas em que numerosos acontecimentos oferecem, aos olhos do historiador, o caráter de elementos diferenciais. Outras, ao contrário, em que, para ele (se não, certamente para os homens que as viveram), se passaram poucas coisas, e, às vezes, nada. (HD 295).

Desta citação saliento, agora, a oposição construída entre sociedades quentes e sociedades frias. Tal como aqui aparece, poderia ser pensada como a oposição entre "tempo cheio" e "tempo vazio", pois o critério diferenciador destes dois tipos de estrutura social é a relação entre período de tempo e quantidade de mudanças relevantes. Em escritos posteriores Lévi-Strauss vai além.

Inspirado no conceito de entropia (que toma de empréstimo à termo-dinâmica) Lévi-Strauss diz que as sociedades frias são aquelas que produzem pouquíssima desordem (entropia) e cuja estrutura pode ser comparada a uma "máquina mecânica", tal como um relógio. (CH 30-34). O funcionamento desta "máquina mecânica" opera ciclos de forma regular, só quebrados por contingências que lhe são alheias (invasões, conquistas, fenômenos naturais, etc.). As sociedades quentes, ao contrário, são aquelas cuja estrutura pode ser mais bem comparada à da máquina a vapor: depende de diferenças grandes de temperatura interna para funcionar e, ao produzir trabalho, produz uma quantidade grande de desordem que Lévi-Strauss compara à energia perdida ou entropia.

Por outro lado, a diferença entre sociedades frias e quentes deve levar em conta a relação entre tempo e mudança *tal como as sociedades a concebem*. As sociedades frias têm uma estrutura que tende à reprodução (através de regras de casamento preferencial com o primo cruzado) e vivenciam e acalentam a "ilusão do imobilismo." O tempo não é concebido como linear, a mudança é vista como produtora de desagregação e catástrofe (HCS 1218, PL 160, CA 40, MP 221). Daí Lévi-Strauss usar a expressão *sociedades sem história* para as sociedades frias: não concebem a mudança relacionada ao tempo.

Ao contrário, a estrutura social das sociedades quentes contém em si os mecanismos de mudança, portanto de uma dinâmica interna à própria estrutura. Além disto, a mudança é concebida como produtora da ordem e não como desagregadora. (idem, *ibidem*). Neste caso, o tempo é concebido como instrumento - como algo manipulável - de transformação e estas são as sociedades que tem história porque fazem uma relação entre tempo e mudança.

A oposição sociedades frias x sociedades quentes complexifica a questão dos critérios de diferenciação entre o que, em geral (e até mesmo por falta de melhor termo), se tem chamado de sociedades primitivas e sociedades civilizadas, ou sociedades simples e sociedades complexas. Herança evolucionista das mais perigosamente sutis, este duplo casal de conceitos está balizado pela idéia de progresso. Por sua vez, esta idéia é uma das expressões mais eloqüentes da indistinção com que a cultura ocidental trata o encadeamento lógico e a seqüência temporal (vide Morgan, Maine e Engels, entre outros). Ele expressa mais, no entanto: a idéia de que o desenrolar dos acontecimentos, a história, tem um sentido, sentido este que é conhecido porque já foi realizado pelas ditas sociedades ocidentais e do qual se tem o testemunho dos *atos históricos*.

Desta perspectiva, as "sociedades civilizadas" servem de parâmetro para a classificação de todas as sociedades humanas. Serão primitivas ou civilizadas, simples ou complexas, de acordo com o lugar que ocupam - o estágio em que estão - no percurso deste caminho de mão única (RH 247 e ss). Daí se falar em acumulação cultural quando, num período de tempo x, se pode identificar várias *datas* ou acontecimentos significativos no sentido de uma aproximação com o parâmetro. Destas sociedades se diz que têm uma história cumulativa. Sociedades nas quais, num período de tempo dado, não se pode identificar mudanças significativas de acordo com o parâmetro, seriam sociedades com uma história estacionária.

Partindo de que todas as culturas são cumulativas, uma vez que precisam transformar, abandonar, aperfeiçoar técnicas de adaptação ao meio (só para ficar na tecnologia que é o parâmetro mais difundido) Lévi-Strauss questiona o valor heurístico daquela classificação de cunho evolucionista que despreza as propriedades intrínsecas de cultura e as possibilidades de se pensar desenvolvimento em sentidos múltiplos. Para ele, a mudança pode ser melhor apreendida através de um conceito tomado da biologia, o de mutação: ela pode se dar aos saltos, de forma descontinuada, em direções variadas e pode "decidir" parar n meio do caminho e "abandonar" aquisições anteriores (RH 245). Assim entendendo mudança, só se poderia falar de acumulação, *strictu sensu*, em "certas ocasiões (...)em que (como num jogo de dados) os números se somam para formar uma combinação favorável."(idem, *ibidem*).

Além disto, e voltando ao já mencionado no item anterior, o que se pode considerar uma mudança pelo estabelecimento de uma relação lógica entre dois elementos (como, por exemplo, a existente entre a estrutura de uma sociedade quente e de uma sociedade fria) não necessariamente corresponderá a uma relação temporal de seqüência (VM 134 e 195)

O acontecimento é imprevisível enquanto ainda não se realizou. Mas pode ser compreendido depois de realizado (PL 162). Por isto, cabe agora especificar a relação entre estrutura e evento, porque é através do desvendamento da estrutura que o evento pode ser entendido.

E. Evento e estrutura - à guisa de conclusão.

Da diferenciação feita entre sociedades frias e quentes pode-se perceber que Lévi-Strauss não está usando a comparação de eventos, mas de modelos para os quais os eventos são matéria prima. Estes modelos são, na verdade, formas de evidenciar estruturas sociais específicas.

Estrutura, para Lévi-Strauss, não tem uma realidade empírica e portanto não pode ser confundida com as relações sociais. Mas é através da observação que se pode distinguir o que pertence ao evento e o que pertence à estrutura. Dado que o plano dos eventos (relações sociais, catástrofes naturais, etc.) é imponderável e irreversível, à estrutura pertencerá tudo o que formar um sistema regido por uma coesão interna. Esta coesão interna não é acessível pela observação de um sistema isolado, mas através da comparação de vários. Ao comparar sistemas se poderá perceber as transformações ou os arranjos diferenciados (pela permuta de elementos = sintaxe) de um mesmo princípio organizador (CA 28 e ES 302).

Este princípio organizador é inconsciente e é uma atividade do espírito que consiste em impor formas a um conteúdo. A unidade humana entre todos os homens está dada pela igualdade fundamental destas formas para todos os espíritos, em todos os tempos, em todos os lugares. O inconsciente é, pois, a função simbólica dos homens, "é uma razão que se pensa espontaneamente nos homens"(Lepine, 1974:10 e ss). A estrutura, por sua vez, é o que põe em relação os elementos da função simbólica. "O mesmo espírito que se entregou à experiência e se deixou moldar por ela, se torna o teatro de operações mentais que não anulam as precedentes, mas transformam a experiência em modelo."(CA 25)

A estrutura social, portanto, é uma abstração que pode se tornar visível através da construção de modelos. As estruturas sendo sistêmicas e reversíveis (i.e., em estado de quase equilíbrio permanente), permitem estudar e prever reações do modelo a modificações introduzidas.

Um modelo pertence sempre a um conjunto (não universal) que Lévi-Strauss trata como *grupo de transformação* (ES 302), i.e., sistemas que re-arranjam um mesmo princípio básico, sendo isto que permite identificá-los como uma unidade. Ora, cada um destes arranjos se atualiza em situações conjunturais específicas às quais o pesquisador tem acesso e a partir dos quais pode construir modelos e definir as relações lógicas entre eles. Estas atualizações podem estar "localizadas" em diferentes tempos históricos. O exemplo dado por Lévi-Strauss na análise da estrutura por casas (VM,MP HCS) é eloqüente neste sentido: a Europa medieval, o Japão da época Heian, a Melanésia da década de 50,etc. são atualizações de uma mesma estrutura.

Por isto, Lévi-Strauss não confunde o tempo histórico com o tempo estrutural - a característica de reversibilidade deste exclui qualquer indicação sobre origem ou futuro, ao passo que a irreversibilidade do outro define seu caráter estatístico e cumulativo (ES 312). O tempo histórico é aquele em que configurações estruturais variáveis são atualizadas na vida social. Por isto, acumulação é o momento de uma combinação de elementos estruturais favoráveis ao estabelecimento de diferença significativa em relação aos anteriores ou posteriores, aos geograficamente próximos ou distantes. Por isto também, é a analogia com mutação que melhor esclarece sobre o significado de mudança, em Lévi-Strauss: aleatória porque não tem um sentido pré-definido, descontínua e que pode "parar."

A história como campo de conhecimento só pode existir onde haja uma consciência do tempo como fator de mudança. E como tal registrem as expressões conscientes da vida social. Mas a antropologia (estrutural) vai além, na medida em que toma estas expressões para buscar nelas as estruturas subjacentes, o plano do inconsciente que organiza a vida social.

Há uma compatibilidade, para Lévi-Strauss, entre o método histórico e a antropologia estrutural. Como mencionei antes, o registro histórico serve como matéria prima para o desvendamento das estruturas. Mas, no que toca a preocupação de ambas as disciplinas com as origens do homem, a compatibilidade está na possibilidade de produzir hipóteses partindo da apreensão de estruturas sociais e do exame das relações lógicas e cronológicas entre elas.

Mas há, definitivamente, uma ruptura com a idéia de sujeitos produzindo a história. Na análise estrutural da história não só a história não é o motor da organização e do movimento da vida social, como o sujeito não existe, no sentido de produtor da história. O *sujeito* é um instrumento de atualização de uma razão que existe nele.

Referências

Charbonier, G. (CH) *Arte, linguagem, etnologia*. Entrevistas com Lévi-Strauss. Campinas: Papirus. 1989.

Lepine, C. *O inconsciente na antropologia de Lévi-Strauss*. S. Paulo: Atica. 1974. Lévi-Strauss. (HE) "História e etnologia" in *Antropologia estrutural*. Rio: Tempo Brasileiro. 1970a

----- (ES) "A noção de estrutura social em etnologia." in *Antropologia estrutural*. 1970a

----- (RH) "Raça e história". in *Raça e ciência*. J.Comas (org.) S.Paulo: Perspectiva. 1970c

----- (CA) "Le champs de l'anthropologie" in *Anthropologie structurale deux*. Paris: Plon.

----- (HD) "História e dialética". in *O pensamento selvagem*. S.Paulo: Ed. Nacional. 1976

----- (VM) *A via das máscaras*. Lisboa: Ed. Presença/Martins Fontes. 1981

----- (HCS) "Histoire et ethnologie". in *Annales*. Ano 38, n.6. pp.1217-1231. 1983.

----- (MP) *Minhas palavras*. S. Paulo: Brasiliense. 1986

Lévi-Strauss, C. e D. Eribon.. (PL) *De perto e de longe*. Rio Nova Fronteira. 1990.

Mbiti, J. *African religions and philosophy*. Londres: Heinemann. 1971.

Ribas, J.B.C. "Antropologia estrutural, história e cultura em Lévi-Strauss - à procura do ecletismo". manuscrito. 1983.